



REFLEXÕES PARA A CONSTRUÇÃO DA ANÁLISE INSTITUCIONAL EM UMA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO EM PSICOLOGIA ESCOLAR

REFLEXIONES PARA LA CONSTRUCCIÓN DEL ANÁLISIS INSTITUCIONAL EN UNA EXPERIENCIA DE PRÁCTICAS EN PSICOLOGÍA ESCOLAR

REFLECTIONS FOR THE CONSTRUCTION OF INSTITUTIONAL ANALYSIS THROUGH A TRAINEESHIP EXPERIENCE IN SCHOOL PSYCHOLOGY

Inácia Luzia Paiva da Mata¹
Michel de Rezende Costa²

RESUMO: A presença do profissional de Psicologia no contexto educacional tem seu reconhecimento na lei 13.935/2019. Durante a graduação em Psicologia, o aluno no estágio tem a possibilidade de aprofundar essa atuação com a estruturação de práticas capazes de ter um olhar para as questões institucionais e como elas influenciam nos processos de subjetivação. Partindo das contribuições da análise institucional, este artigo investiga os processos institucionais que demarcam o cotidiano escolar e como a atuação do profissional de Psicologia pode ir além de modelos individualizantes e descontextualizados. Como percurso metodológico, durante o estágio, os pesquisadores reuniram documentos, realizaram observação direta do cotidiano da escola, realização de questionário e de entrevista a fim de problematizar com a comunidade sobre aspectos interferentes no processo educacional. Ao final das atividades realizadas, destaca-se o reconhecimento da escola no cotidiano dos participantes, no que se refere a estruturação de vínculos e a participação da vida comunitária, assim como o meio mais efetivo da presença das políticas públicas. Por outro lado, ressalta-se a importância de melhorar nos processos comunicacionais, a necessidade de uma gestão educacional mais horizontalizada e democrática e uma visão integral sobre os sujeitos presentes na instituição.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia Escolar; Análise Institucional; Educação.

RESUMEN: La presencia del psicólogo en un contexto educacional tiene legitimidad a través de la ley 13.935/2019. Durante la graduación en psicología, el alumno en período de pesantía tiene la posibilidad de profundizar su actuación mediante la estructuración de prácticas que exploran las cuestiones institucionales y sus influencias en los procesos de subjetivación. A partir de las aportaciones del análisis institucional, este artículo investiga los procesos institucionales que delimitan la vida escolar y como la actuación del profesional de psicología puede ir más allá de los modelos individualizadores y descontextualizados. Como abordaje metodológico, durante el periodo de pesantía, los investigadores reunieron documentos, realizaron observación directa de la vida escolar, implementación de cuestionario y entrevista con el objetivo de problematizar con la comunidad aspectos interferentes en el proceso educativo. Al final de las actividades realizadas, puede ser subrayado el reconocimiento de la escuela en la vida cotidiana de los participantes, en términos de estructuración de vínculos y participación en la vida comunitaria, tal como el medio más eficaz de presencia en las políticas públicas. En cambio, se destaca la importancia de mejorar los procesos de comunicación, la necesidad de una gestión educativa más horizontal y democrática y una visión holística de los sujetos presentes en la institución.

PALABRAS CLAVE: Psicología Escolar; Análisis Institucional; Educación.

ABSTRACT: The presence of the psychologist into the educational context is legitimized by the law number 13.935/2019. During the graduation in psychology, a trainee student has the opportunity to deepen such work by structuring practices whose focus is on institutional matters and how they influence subjectivation processes. Considering contributions from institutional analyses, this article investigates institutional processes that delimit the school routine and how the practice by the psychologist can go beyond individualized and decontextualized models. During traineeship time, researchers gathered documents, observed directly a school routine and proposed a questionnaire and an interview in order to discuss with the community interfering aspects regarding the

¹ Graduada em Psicologia pela FUPAC- Cons. Lafaiete - MG. inacialpm@gmail.com.

² Professor do curso de Psicologia da FUPAC – Cons. Lafaiete – MG. michel.costa@unipac.br. Mestre em Psicologia e graduado na mesma área pela Universidade Federal de São João del-Rei – UFSJ. ORCID - <https://orcid.org/0000-0002-8785-7116>.

educational process. At the end of the activities carried out, it is possible to highlight the relevance of the school for the routine of those involved, in such matters as the structuring of bonds or the involvement in community life, as well as the most effective mean of the presence of public policies. On the other hand, it is also highlighted the importance to improve communication processes, the need of a more horizontal and democratic educational management and a more complete view on the members of the institution.

KEYWORDS: School Psychology; Institutional Analysis; Education.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado do processo de estágio realizado durante o curso de Psicologia em uma faculdade do interior de Minas Gerais. Esse momento traduz-se como uma etapa fundamental em que o estudante de graduação entra em contato com as múltiplas possibilidades de atuação do profissional da área. É a fase em que é possível confrontar as expectativas e as realidades, as frustrações e os desejos. Ainda, é notória a necessidade do discente articular a teoria e a prática. Nesse processo, ele reconhece a historicidade da produção dos saberes na Psicologia e simultaneamente toma um posicionamento crítico capaz de construir análises sobre a relação entre os processos institucionais e suas interferências na construção das subjetividades.

No âmbito da educação básica, a escola se constitui como espaço sociocultural, contribuindo para os processos de socialização do discente e para o desenvolvimento da cidadania. No espaço escolar, gestores, alunos, professores e demais colaboradores devem ser compreendidos na concretude de suas atribuições e funções dentro da instituição. São sujeitos sociais e históricos que se constituem na dialética da realidade social e organizacional, protagonistas dos discursos e práticas cotidianas; ao mesmo tempo, sofrem as consequências do projeto político e social subjacente ao modo organizativo da sociedade. A escola, na dinâmica das relações interpessoais, propicia experiências para construção da identidade, das regras, dos valores, da moral e de socialização.

Esse cenário possibilita um posicionamento prudencial em práticas da Psicologia que tendem a tomar um posicionamento acrítico diante de atuações que visam somente o âmbito individual, desconsiderando os impactos sociais e culturais sobre os processos de aprendizagem e de acolhimento ou de exclusão dentro do sistema educacional. A Lei 13.935/2019, que institui a presença de psicólogos e de assistentes sociais nas escolas é um marco, no entanto, por si só e sem uma reflexão sobre a atuação desses profissionais, reforça processos de difusão de preconceitos e de discriminações. Há a manutenção de um modo de funcionamento da instituição escolar em concordância com as estruturas estigmatizantes da sociedade e da política neoliberal.

Busca-se neste artigo descrever os aspectos observáveis do cotidiano de uma escola de uma cidade de porte médio do estado de Minas Gerais, no que tange os processos institucionais e a influência desses na atuação dos sujeitos que compõem esse espaço. Esse posicionamento ético e epistêmico de análise da instituição escolar ocorre uma vez que os autores deste artigo compreendem a impossibilidade de realizar uma prática científica isenta de uma crítica ou simplesmente reprodutora da lógica social. Nesse sentido, por exemplo, não basta olhar para o fenômeno do bullying na escola ou do baixo rendimento em avaliações como resultantes do fracasso dos envolvidos integrantes da instituição, mas que tal cenário é consequência do contexto social, ou ainda, da reprodução dos processos de exclusão.

O sujeito está inserido nas instituições desde o nascimento, estando submetido ao seu poder coercitivo, geração após geração; tais instituições controlam os padrões de conduta previamente definidos. As instituições nas quais estamos inseridos, como família, escola, igreja, possuem ideologias entranhadas e materializadas em sua constituição e que as sustentam, no processo de interiorização.

As instituições são lógicas, são árvores de composições lógicas que, segundo a forma e o grau de formalização que adotem, podem ser leis, podem ser normas e, quando não estão enunciadas de maneira manifesta, podem ser hábitos ou regularidades de comportamentos. Alguns autores sustentam que leis, normas e costumes são objetivações de valores. As leis, em geral, estão escritas; as normas e os códigos também. Mas uma instituição não necessita de tal formalização por escrito: as sociedades ágrafas também têm códigos, só que eles são transmitidos verbal ou praticamente, não figurando em nenhum documento (Baremlitt, 2002, p. 24).

As instituições, ou seja, as leis e as normas que definem o que é prescrito e proscrito, ditam como se deve socializar e interagir como membro da comunidade. A escola é uma instituição que está inserida em uma organização e faz parte de uma estrutura educacional, a qual envolve desde as Leis e Normas de orientação provenientes do Ministério da Educação e Secretaria Estadual de Educação até o cotidiano das atividades que caracterizam o funcionamento da instituição dentro da comunidade.

A construção deste artigo segue o seguinte itinerário: primeiramente, são apresentados os fundamentos epistêmicos fundamentados na análise institucional e como ela pode ser útil na compreensão do cotidiano escolar e dos atores envolvidos na construção desse espaço. Destaca-se, por exemplo, para a concepção de instituição como um campo de forças e a importância da análise do cotidiano para a elaboração de ações do profissional de Psicologia. Em seguida, são apresentados o método utilizado e as ferramentas para a coleta de dados que visam compreender as dinâmicas institucionais. Por fim, serão discutidos os resultados da pes-

quisa, com ênfase nas relações de poder e nas práticas pedagógicas presentes no cotidiano escolar.

2 AS BASES DA ANÁLISE INSTITUCIONAL

O movimento institucionalista surge na França nos anos 60, se expande na América Latina, com Baremlitt (1992), Lapassade (1998), dentre outros. Rocha (2006) reitera que os conceitos institucionalistas subsidiam ferramentas para intervenções coletivas. A análise institucional se configura como uma postura diante do outro, o que auxilia na construção e compreensão do cotidiano dentro das instituições. Segundo o mesmo autor

as instituições na perspectiva do movimento institucionalista, não são compreendidas como estabelecimentos ou estruturas organizacionais, mas se constituem em práticas sócio historicamente produzidas, trazendo, portanto, a dimensão dos valores, das tradições, da referência das ações que no cotidiano são naturalizados e tomados como verdades absolutas, universalizados (Rocha, 2006, p. 170).

Assim, na vida cotidiana, as experiências vão se constituindo em meio às relações, produzindo e reproduzindo valores, normas, regras e hábitos, que são cristalizados e naturalizados, perpetuados num processo de encadeamento de aprendizagem social. Para se ocupar da análise institucional, há de se debruçar sobre o campo de análise e sua construção, entender os fatores sociais, históricos, culturais e políticos envolvidos no seu desenvolvimento; o campo de análise se torna campo de intervenção a partir do rompimento com ideologias deterministas e classificações individualistas, voltando-se para experiências e vivências, frutos das concepções da própria comunidade.

Uma análise institucional pormenorizada envolve a descrição de duas estruturas: os equipamentos e a atuação dos agentes. Enquanto estabelecimento, o educandário é estruturado por dispositivos técnicos (maquinaria, instalações, arquivos, aparelhos) denominados equipamentos. A dinamicidade da instituição se dá pela mobilidade desta unidade com a atuação dos agentes. Segundo Baremlitt (2002), eles podem ser caracterizados como os sujeitos que protagonizam as práticas técnicas, teóricas e cotidianas, operando as transformações da realidade.

Por conseguinte, ainda na análise institucional, é importante destacar a mobilidade existente entre os processos de produção das forças institucionais. Essas ocorrem mediante o que vai se incorporando pela instituição - o instituinte - e pelo que é assimilado pelos agentes e incorporado no cotidiano - o instituído. O instituído cumpre papel importante na manu-

tenção das normas, padrões e da socialização; o instituído está, no entanto, sendo influenciado pela dinamicidade das forças instituintes a todo momento.

Para compreender a escola é necessário pensar nos conceitos de instituição, instituído e instituinte, a partir da lógica de que esta se constitui como espaço onde se desenvolvem as relações e como estas embasam o cotidiano e a socialização, dentro e fora de seu entorno. Baremblytt (2002, p.34) afirma que “a sociedade é uma rede constituída pela interpenetração de forças e entidades reprodutivas e antiprodutivas (...) assim como também está constituída pela interpenetração das forças e entidades (...)”.

A intervenção institucional se constitui na ação transformadora, pautada ética e politicamente, e aplicada utilizando os recursos técnicos necessários. Segundo Baremblytt (2002, p. 157), a intervenção institucional tem como “objetivo central propiciar nos coletivos intervindos a ação do instituinte, organizante e, no seu limite, a implantação de processos plenos e continuados de autoanálise e autogestão”. Rocha (2006, p. 170) corrobora tal pensamento ao afirmar que “os efeitos das práticas são tomados na sua complexidade, desconstruindo dualidades, determinismos, individualizações psicologizantes, e o que ganha consistência é uma analítica dos modos de produção da existência na comunidade”.

No processo de autoanálise, o coletivo se torna agente de suas próprias necessidades, demandas e anseios, agindo ativamente no desenvolvimento de reflexões, pensamentos e estratégias para resolução dos seus problemas sem a intervenção de terceiros. Na autogestão, não há uma predominância da hierarquia e todos são igualmente responsáveis pela gestão, produzindo recursos para a organização, manutenção e aprimoramento dos ambientes coletivos.

Baremblytt (2002) reforça a relevância dos experts, ainda que a autoanálise e autogestão estejam presentes. Trata-se de profissionais com conhecimento e bagagem para ampliar as relações e possibilidades. Neste sentido, a Psicologia ancorada na Análise Institucional encontra uma ampliação no campo de atuação nas escolas. Zucolotto e Mendes (2020, p. 92) afirmam que “a Psicologia pode e deve proporcionar reflexões às instituições escolares, buscando fazer com que todos os segmentos da escola [...], possam desenvolver um olhar diferenciado e crítico frente às situações cotidianas e aos próprios sujeitos”.

Em uma breve revisão histórica, observa-se uma tendência das práticas profissionais e dos discursos que estreitam a relação da Psicologia com a Psicopatologia, estereótipos compartilhados também pela Psicologia Escolar. Devido a construção histórica e cultural, a Psicologia denotou majoritariamente uma perspectiva de atuação individual e clínica, volta-da para os psicodiagnósticos e comportamentos socialmente disfuncionais. Para Beltrame e Boa-

rini (2013), essas visões ainda não estão ultrapassadas, uma vez que a proliferação de diagnósticos e de laudos em ambiente educacional ainda é frequente, com a esperança de que os serviços de saúde solucionem os problemas educacionais.

A Análise Institucional, entretanto, oferece às práticas psicológicas no contexto escolar um novo horizonte, que vai para além do campo clínico. De acordo com o documento “Referências técnicas para atuação de psicólogos (os) na educação básica” produzido e publicado pelo Conselho Federal de Psicologia “a Psicologia tem importantes contribuições na superação de análises individualizantes e medicalizantes, pautando reflexões acerca da complexidade das relações sociais que incidem nos processos de aprendizagem” (Conselho Federal de Psicologia, 2019, p. 9).

Atuando juntamente com professores e a comunidade escolar, o psicólogo tem a possibilidade de compreender, reconhecer e intervir em situações em que ocorre dificuldade de aprendizagem, violência escolar, evasão e outras ações no que se refere à garantia dos direitos constitucionais. Para Barbosa e Marinho-Araújo (2010, p. 8)

a atuação do psicólogo escolar, compreendida dessa forma, implica o desenvolvimento de sua identidade profissional a partir da mobilização dos conhecimentos técnicos, características pessoais, experiências profissionais e outros fatores presentes na constituição subjetiva.

A Psicologia, neste sentido, desenvolve um papel determinante na escola, pois proporciona uma escuta atenta e qualificada, buscando o envolvimento de todos e que estes façam-se parte ativa e atuante dos processos escolares, compreendendo e produzindo novas significações. Para Zucolotto e Mendes (2020), o papel da Psicologia é fazer a instituição repensar e/ou reformular as relações instituídas, construindo, juntamente com todos os segmentos da instituição, um ambiente mais favorável à aprendizagem, mais acolhedor, mais criativo e onde haja uma maior comunicação.

O papel desempenhado pela escola é fundamental na construção da subjetividade, da identidade, dos valores e da moral dos sujeitos. A Psicologia se desloca de um lugar pronto e predeterminado, focado em alunos problemas e casos individualizados, para um lugar onde é possível construir juntamente com a escola um espaço de discussão, compreensão da realidade, dos afetos e dos anseios que permeiam as relações.

Neste sentido há necessidade de reflexão acerca de construções teórico-metodológico que fundamental a atuação do psicólogo no contexto educacional. Os fundamentos apresentados sobre a Análise Institucional podem fornecer elementos e ferramentas que auxiliam na

percepção, conduta e comprometimento ético do psicólogo escolar dentro da escola. Cabe assim salientar para os desafios da psicologia escolar quanto à atuação e ao lugar que o psicólogo ocupa na instituição educacional. Na atualidade, o psicólogo enfrenta desafios, frutos de uma construção histórica que, de certa forma, demarca o lugar e as formas de atuação do profissional de Psicologia.

3 PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS

O estágio foi realizado no período de 2022-2023 e compõe uma das atividades a serem desenvolvidas durante o percurso formativo na graduação em Psicologia. Ele ocorreu durante o sexto e sétimo período e foi estruturado em conformidade com as exigências éticas da Resolução do Conselho Federal de Psicologia Nº 010/05 e com as exigências do Projeto Político-pedagógico do curso com a orientação dos docentes do curso.

Partindo da perspectiva epistêmica da análise institucional, os autores optaram para levantamento de dados as seguintes ferramentas: a) pesquisa de documentos que descrevem a estrutura da escola, os órgãos reguladores para o funcionamento da instituição e as disposições das atuais políticas educacionais. Essa consulta, possibilitou aos pesquisadores demarcar sobre as atuais disposições legais que regulam o funcionamento do educandário e interferem no desenvolvimento do cotidiano escolar; b) a formulação de questionários aplicados via formulário Google que possibilitou acessar um número maior de discentes e de docentes sobre a instituição, suas participações, os conflitos vivenciados e os efeitos das políticas educacionais.

O educandário objeto de reflexão neste artigo encontra-se em uma cidade de porte médio do interior do Estado de Minas Gerais. Ela se localiza em um bairro que conta com aproximadamente três mil moradores, mas atende residentes de bairros vizinhos. Segundo o Projeto Político-Pedagógico da escola, no ano letivo de 2022 foram ofertadas 690 matrículas e a escola conta em seu corpo docente com 38 professores. Ela tem funcionamento no período vespertino e atende o público da Educação básica (Ensino Fundamental do 1º ao 9º anos e Ensino Médio).

De acordo com a Lei nº 22.257 de 2016 que “Estabelece a estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo do Estado e dá outras providências” consta no art. 32 que

é competência da instituição escola planejar, dirigir, executar, controlar e avaliar, com a participação da sociedade, as ações relativas à garantia e à promoção da educação, com vistas ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, à redução das desigualdades regionais, à equidade de oportunidades e ao reconhecimento da diversidade cultural (Minas Gerais, 2016).

Quanto a escola e seu significado, Dayrell (2001, p. 144), afirma que os entendimentos são variados: o lugar de encontrar e conviver com os amigos; o lugar onde se aprende a ser "educado"; o lugar onde se aumenta os conhecimentos; o lugar onde se tira diploma e que possibilita passar em concursos.” Cada uma dessas visões traduz a dialética existente entre a instituição e os agentes participantes dela. A escola tem como maiores desafios a serem enfrentados a evasão escolar, situações pontuais de violência (bullying, cyberbullying entre outros), dificuldades na adaptação de discentes com necessidades específicas, incorporação das mudanças advindas com o Novo Ensino Médio, entre outras.

3.1 Levantamento da demanda

A pesquisa foi realizada com alunos e professores em duas etapas, a partir da observação, aplicação de questionários e entrevistas. O recorte desses profissionais ocorre devido ao tempo de integralização da pesquisa e retorno para a discussão com a comunidade. Em pesquisas futuras pretende-se uma ampliação dos resultados e das discussões com outros agentes que compõem o cotidiano da escola.

A primeira etapa foi de natureza quantitativa, dividida em duas partes e, como coleta de dados, foi utilizado um questionário; na segunda etapa, de natureza qualitativa, para coleta de dados foram realizadas entrevistas semiestruturadas. Os questionários foram disponibilizados em formulário Google e distribuídos aleatoriamente para os integrantes da comunidade que desejaram participar. Todos os 94 participantes aceitaram contribuir voluntária e anonimamente para a pesquisa, sendo garantidos os direitos de privacidade e confidencialidade.

A primeira parte da primeira etapa contou com a participação de 78 alunos do ensino fundamental e médio, do turno da manhã, com idade entre 12 e 18 anos, de ambos os sexos; foi utilizado um questionário com 16 perguntas estruturadas relacionadas à importância do ambiente escolar, estrutura da escola, metodologias de ensino e das relações interpessoais, a serem respondidas em escala de concordância (concordo, discordo e indiferente). Abaixo,

encontra-se a tabela com as orientações e com as questões que compuseram o questionário discente:

Quadro 1 - Questionário sobre a percepção dos alunos

Esta pesquisa tem por objetivo conhecer a percepção dos alunos sobre a dinâmica escolar. A privacidade e confidencialidade serão garantidas.			
Avalie as questões e responda	Concordo	Indiferente	Discordo
A vivência no ambiente escolar é importante para minha socialização e construção da minha identidade.			
A escola é um espaço seguro.			
A estrutura da escola é adequada (salas de aula, banheiros, refeitórios...).			
A escola abre espaço para os alunos manifestarem suas opiniões.			
As opiniões dos alunos são ouvidas e consideradas.			
A escola é inclusiva e está atenta às necessidades dos alunos.			
A escola atua na prevenção de práticas preconceituosas e/ou discriminatórias.			
A comunicação da escola com os alunos é satisfatória.			
A relação entre os alunos é satisfatória.			
A relação entre os alunos e os professores é satisfatória.			
O material utilizado nas aulas é útil e favorece aprendizagem.			
Os conteúdos ensinados são úteis e preparam para o futuro.			
A transmissão dos conhecimentos adotados nas aulas é adequada e atrativa para a participação dos alunos.			
As avaliações condizem com o conteúdo trabalhado durante as aulas.			
A escola prepara os alunos para o mercado de trabalho.			
A formação escolar é importante para o meu futuro.			

Na segunda parte da primeira etapa participaram 15 professores do ensino fundamental e médio, do turno da manhã. A eles foi aplicado um questionário com 15 perguntas estruturadas (pertinentes ao ambiente escolar, condições e organização do trabalho e a relações

interpessoais, respondidas também em escala de concordância [concordo, discordo e indiferente]. Segue abaixo a tabela com o questionário encaminhado aos docentes:

Quadro 2 - Questionário sobre a percepção dos professores

Esta pesquisa tem por objetivo conhecer a percepção dos professores sobre a dinâmica escolar. A privacidade e confidencialidade serão garantidas.			
Avalie as questões e responda	Concordo	Indiferente	Discordo
A vivência no ambiente escolar é importante para a socialização e construção da identidade dos alunos.			
Os professores são figuras de referência para os alunos, o trabalho feito dentro da escola tem um potencial transformador para a vida das crianças e dos adolescentes.			
A escola é um espaço seguro para trabalhar.			
A escola abre espaço para ouvir as demandas dos professores.			
A estrutura da escola é adequada (salas de aula, banheiros, refeitórios...).			
A escola disponibiliza material e/ou recursos para as atividades educacionais.			
As opiniões dos professores são ouvidas e consideradas.			
A escola é inclusiva e está atenta às necessidades dos professores.			
A escola atua na prevenção de práticas preconceituosas e/ou discriminatórias.			
A comunicação da escola com os professores é satisfatória.			
A relação interpessoal entre professores, gestores e colaboradores é satisfatória, tornando a escola um ambiente agradável para trabalhar.			
A relação entre os alunos e professores é satisfatória.			
O material didático utilizado nas aulas é útil e favorece a aprendizagem, possibilitando ao professor diversificar e tornar as aulas mais atrativas.			
Os conteúdos ensinados preparam os alunos para o futuro e o mercado de trabalho.			
Um plantão psicológico dentro da escola, para alunos, professores e colaboradores, contribuiria para a construção de um espaço de acolhimento e escuta nos momentos de dificuldade.			

A segunda etapa ocorreu com a participação de 10 profissionais da escola, de ambos os sexos, incluindo professores, intérpretes, gestão e serviços gerais. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, com finalidade de melhor compreender a subjetividades destes profissionais, a relação que constituem com trabalho, os desafios e realizações profissionais, o funcionamento da escola e a dinâmica das relações. Tais entrevistas consistiram em questões como: Como é para você atuar em tal profissão? Quais os desafios encontrados dentro do exercício da profissão? Você considera seu trabalho reconhecido? As entrevistas tiveram duração de mais ou menos 30 minutos e foram anotados os aspectos principais mencionados pelos participantes, respeitando a disposição, argumentação e construção dos relatos e ampliação das singularidades dos participantes; ao término deste processo, as entrevistas posteriormente foram transcritas para registro. Todos os participantes da segunda etapa aceitaram voluntariamente contribuir com a pesquisa, sendo garantidos o anonimato e os direitos de privacidade e confidencialidade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante o estágio, considerando todos os participantes da pesquisa, pode-se verificar a importância do ambiente escolar para construção da identidade dos alunos. Cerca de 93% dos professores e 83,1% dos alunos concordam que a escola é um espaço importante de socialização, o que demonstra a consciência do papel da escola como formadora de subjetividade, no desenvolvimento da conscientização dos alunos, sobre si e sobre o mundo. Tal perspectiva, no entanto, diminui quando se trata da importância da escola para o futuro. Apenas 53,3% dos professores e 49,4% dos alunos concordam que a escola prepara para o futuro, indicando uma possível dificuldade de professores e de alunos identificarem importância no currículo e temor em relação ao Novo Ensino Médio. Tal situação é comumente abordada nas entrevistas com os docentes. Em observação de campo, a dificuldade dos discentes em se envolverem com as atividades ofertadas pelos novos conteúdos curriculares do Novo Ensino Médio também foi um fator evidenciado. Haveria um conflito entre o que se estabelece como práticas pedagógicas pelas instâncias superiores à escola e à comunidade escolar?

Questionados sobre a atuação da escola na prevenção de práticas preconceituosas e/ou discriminatórias, 93% dos professores e 53,2% dos alunos responderam que concordam com tal papel. Tal resultado implica no compromisso da escola na redução dos preconceitos, discriminação e peso dos estereótipos, para construção de uma sociedade que reconheça formas

particulares de vivenciar a experiência humana e a constituição de contextos e relações mais normativas.

Sobre a estrutura física da escola (salas de aula, banheiros, refeitórios...) ser adequada, os resultados corroboram para a construção de uma análise bipartida, em que 53,2% dos alunos concordam e 46,7% dos professores discordam. Os fundamentos para a discordância dos docentes se explicitam nos relatos deles e nas entrevistas; ressaltando a necessidade de investimento e apoio, ampliação em recursos físicos e estruturais para promoção do espaço escolar, aulas mais atrativas, mais práticas e dinâmicas; disponibilidade de material didático complementar aos livros didáticos, laboratórios para experimentação, com recursos como telescópio e microscópio e realização de oficinas. Dentre os professores que responderam o questionário, 53,3% discordam da afirmação de que a escola disponibiliza material e/ou recursos para as atividades educacionais.

Outro ponto de discussão diz da inclusão e das necessidades dos alunos e dos professores: 46,8% dos alunos participantes concordam que a escola é inclusiva e está atenta às necessidades dos alunos. A escola oferece suporte aos alunos com tradutor e intérprete de libras, para garantir a compreensão linguística aos alunos com deficiência auditiva, fazendo a mediação cultural e promovendo a participação social no contexto educacional; também há professor de apoio à Comunicação, Linguagem e Tecnologia Assistiva, cuja função é fornecer apoio nos processos pedagógicos de escolarização do estudante com disfunção neuro-motora grave, deficiência múltipla ou Transtorno do Espectro Autista (TEA) matriculados na escola comum; Sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), com suporte de profissional com especialização em psicopedagogia, que tem como finalidade o atendimento e educação para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação, desenvolvendo igualdade de oportunidades e atendendo às necessidades de aprendizagem dos alunos. Conforme artigo 58 das Leis de Diretrizes Básicas de Educação nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996:

§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial. §2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular. (Brasil, 1996).

Quando se trata das necessidades dos professores, 53% dos participantes responderam discordar sobre o reconhecimento do seu trabalho. A discussão se amplia, considerando a narrativa observada nas entrevistas, que suscitam reflexões sobre a rotina cansativa, vertica-

lização das decisões pedagógicas, burocratização e organização do ambiente de trabalho, as longas jornadas (alguns professores trabalham em mais de uma escola), a desvalorização, desapareço e falta do reconhecimento social da profissão pela comunidade e pelas famílias, remuneração incongruente com a profissão e falta de desenvolvimento de planos de carreira. No que se refere aos demais funcionários da escola, a realidade se repete: embora observada a consciência do papel relevante para o funcionamento e manutenção da escola, há o desprovemento do reconhecimento social, exaustiva jornada de trabalho e baixa remuneração.

Sobre a comunicação ser satisfatória entre discentes e docentes, há discordância de 46,7% dos professores e concordância de 49,4% dos alunos. Um ponto que merece destaque, entretanto, é relacionado às opiniões serem ouvidas e consideradas, pois 46,7% dos professores concordam e, dentre os alunos, o resultado diminui para 37,7%. Esse resultado pode apontar para a relevância da comunicação para organização do ambiente, transferência de informação, construção de ações, planejamento e enfrentamentos das dificuldades e desafios que envolvem o contexto escolar.

A relação interpessoal professores/gestores/serviços gerais, na escola, é avaliada positivamente conforme apontam 53% dos participantes; quanto à relação entre os alunos, 45% dos discentes identificam como satisfatória. Relativa às relações estabelecidas entre alunos e professores, a escola se mostra como um ambiente favorável para desenvolvimento de relações que ampliem os processos de ensino-aprendizagem e educação, desenvolvimento intelectual, social e da moralidade dos alunos.

Frente às várias demandas, se faz constante e facilmente observável, nas entrevistas e nas conversas entre os professores e gestores, a indisciplina, o desinteresse e a desmotivação dos alunos. O excesso do uso do celular, as conversas paralelas e a indiferença durante as aulas são representadas como rebeldia e falta de respeito, contudo, alguns aspectos podem ser úteis para a análise deste fenômeno tão comum e que não se restringe às escolas públicas ou periféricas. Os alunos pré-adolescentes e adolescentes vivenciam uma fase de grande criatividade e disposição e a escola, muitas vezes, não abre espaço para expressividade destes alunos. A escola é, ainda, atravessada por questões externas à instituição, como fatores familiares, psicológicos e territoriais, que estão intrinsecamente envolvidos nestes episódios, afetando o rendimento escolar dos alunos, das práticas em sala de aula e da relação interpessoal.

O movimento institucionalista, sob o olhar da Psicologia, permite compreender o ambiente escolar e seus agentes de maneira contextualizada, nas práticas e ações cotidianas; tal movimento propicia à instituição escola uma autoanálise, onde os alunos, gestores, professo-

res e colaboradores podem refletir de forma crítica a realidade e o lugar dos próprios sujeitos. No curso do processo de pesquisa-intervenção desenvolvido, buscou-se promover ações autogestionárias dentro da própria instituição. A fim de gerar movimento instituinte e organizante, crítico e autônomo, o resultado da análise realizada durante o período de estágio foi levado à comunidade escolar, expondo a apreciação dos dados obtidos.

Participaram das intervenções alunos e professores; foram utilizadas metodologias de multimídia e rodas de conversa. Buscou-se mobilizar os participantes para um movimento de reflexão, elaboração do ambiente e das relações que se perpetuam na socialização, na construção da subjetividade individual e coletiva. Tais atividades possibilitam que os próprios sujeitos reflitam sobre queixas e demandas da escola. A Psicologia escolar se coloca, neste contexto, num papel relacional e institucional, contribuindo no âmbito individual e grupal.

4.1 É possível práticas institucionais mais horizontalizadas?

Durante o processo de análise, o estagiário em Psicologia se defronta com demandas específicas da sua atuação e demandas que são produzidas durante o desenvolvimento do trabalho. Os indicadores elencados anteriormente expõem o funcionamento interno da instituição, as práticas cotidianas, demandas explícitas e implícitas e subsidiam práticas e intervenções para a Psicologia Escolar. Sob o discurso da democratização da escola, Dayrell (2001, p. 140) afirma que essa perspectiva se expressa “a conceber a educação, o ser humano e seus processos formativos, presentes no projeto político pedagógico que vai informar o conjunto das ações educativas, que ocorrem no interior da escola”. O texto do Projeto Político-Pedagógico da Escola, em que se realizou o estágio, traz em seu interior o seguinte

o Projeto Político Pedagógico da escola reafirma o compromisso de propiciar a formação dos alunos dentro de uma visão humanista, solidária e inclusiva, permitindo a sua participação em prol do desenvolvimento da transformação de conceitos que precisam ser reformulados como meio de acompanhar a transformação mundial, permitindo a construção de novas ideias e conceitos que tenham, por finalidade, a construção de uma sociedade justa, fraterna e igualitária em oportunidades e possibilidades de desenvolvimento de seus cidadãos. (Projeto Político Pedagógico, 2022, p. 12).

Observa-se, nos resultados expostos, que a construção de uma instituição escolar democrática e participativa é processual e ainda há desafios que podem ser desde a necessidade de melhorar a comunicação entre os agentes até a proposição de políticas pedagógicas no âmbito estadual que sejam menos verticalizadas, assim como sistemas de avaliação educaci-

onais mais condizentes com o cotidiano escolar e com as especificidades da comunidade. Embora, em tese, tais paradigmas são afirmados nos documentos oficiais e na concepção das práticas educativas, no cotidiano da instituição vislumbra-se ainda grandes obstáculos para a sua execução. Um exemplo foi a forma como se estruturaram as discussões e as práticas do Novo Ensino Médio, na visão dos discentes e dos docentes.

Contudo, pode-se considerar dispositivos de intervenção utilizados pela escola e que podem favorecer um maior diálogo e construção de relações mais horizontalizadas, a fim de contemplar alunos, professores, gestores e demais funcionários em uma gestão realmente democrática. Durante as observações, as intervenções grupais provocaram um movimento diferenciado nas aulas e em momentos decisivos para a escola, como eleição de líderes, organização de eventos, entre outros. Nesse âmbito, uma possibilidade discutida pelos próprios discentes e docentes é a realização sistemática de rodas de conversas e oficinas, com o intuito de favorecer o sentimento de pertença nos grupos de pares, de construção identitária, a saúde mental, de concepções acerca do mundo social e subjetivo. Colocar a escola como “fomentadora da consciência dos sujeitos, sobre si e sobre o mundo, sobre as condicionantes atuais vivenciados, ou seja, o domínio do conhecimento, da história desse conhecimento e sua apropriação é que promoverá a visualização das possibilidades de futuro” (Souza, 2022, p. 2).

Momentos de diálogo e de intervenções, junto aos professores, gestores e demais profissionais, que não sejam apenas repassar tarefas, propiciam a significação do trabalho e propõem soluções coletivas para as tensões e demais complicações do cotidiano escolar. A adoção de ações preventivas e de promoção da saúde do trabalhador é de responsabilidade dos gestores das organizações, visto que a organização do trabalho pode se constituir fator gerador de patologias, causando adoecimentos físicos e psicológicos. Moreira e Rodrigues (2018, p. 245) enfatizam que “ mais que seja difícil estabelecer uma relação direta entre doença e trabalho [...] estudos demonstram que o trabalho tem um papel importante na saúde dos indivíduos, tanto negativo quanto positivo”.

Cabe ainda avaliar o modelo de suporte psicológico desenvolvido de acordo com as orientações da Secretaria Estadual de Educação. É possível realizar um suporte de qualidade com o quantitativo de escolas que são atendidas pelo profissional? Ainda que o trabalho tenha características diferenciadas dos modelos tradicionais de atuação do profissional, a estrutura atual e preconizada pela resolução estadual que organiza a atuação mantém distante os profissionais de psicologia da realidade das escolas. O risco, segundo docentes, é a pouca efetividade do trabalho, uma vez que, diante da alta demanda, como o psicólogo escolar rea-

lizará uma escuta com qualidade e com um olhar aprofundado sobre o funcionamento institucional?

Nesse âmbito, 93,3% dos docentes reiteram a importância de intervenções, como o plantão psicológico em contexto escolar, complementando o trabalho realizado pelo núcleo dos profissionais de psicologia e de serviço social nas escolas. Tal oferta amplia os moldes tradicionais de atuação do psicólogo, em razão das novas demandas e possibilidades para inserção deste profissional e vários contextos sociais. Para Rebouças e Dutra (2010, p. 2) o psicólogo “contemporâneo deve-se comprometer com a escuta e o acolhimento do outro on-de quer este esteja, compreender esse outro a partir da experiência e dos significados que ele atribui ao mundo, considerando seu contexto, sua forma de ser-no-mundo”. Enfatiza-se que tal intervenção, sendo realizada de modo fragmentário, sem comunicabilidade com mudanças na instituição escolar ou sem articulação com políticas públicas na área do desenvolvimento social e da saúde, corre o risco de reproduzir práticas de uma clínica tradicional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Psicologia Escolar oportuniza a desnaturalização de condutas cristalizadas, trazendo a problematização e a reflexão sobre questões intrínsecas ao cotidiano escolar, as relações interpessoais, os conflitos e tensões, promovendo transformações e mudanças. Pensar os sujeitos de forma coletiva e ampliada, juntamente com os fatores sociais, econômicos, culturais e políticos que o constituem, implica assumir o desafio de proporcionar a ressocialização pós-pandemia, fazendo retornar à escola, alunos que durante dois anos estiveram afastados, o que gerou déficit social e de interação.

A análise institucional fornece ferramentas para propiciar alterações de aspectos da instituição, com possibilidade de desfragmentar a operacionalização e o funcionamento da escola, tornando os sujeitos destes contextos agentes ativos na construção da realidade, ampliando os debates e enriquecendo o exercício da cidadania, que são contribuintes para a solução de problemas e conflitos; para que o espaço escolar não seja de reprodução de práticas arcaicas, tradicionais e burocratizadas.

Ao finalizar este artigo, conclui-se que a construção de uma análise institucional que subsidia a atuação do profissional de Psicologia dentro do contexto escolar exige um conhecimento amplo da instituição e dos agentes que a compõe. O envolvimento com a tarefa de construir uma análise institucional, com a leitura de documentos, pesquisas sobre os documentos e as resoluções norteadoras da escola, observações do cotidiano, estruturação de ques-

tionários e de entrevistas envolve um trabalho minucioso de escuta, percepção da realidade e confrontação do cotidiano com as questões sócio-históricas demarcadoras do funcionamento da escola.

Acredita-se na existência de vários outros elementos não contemplados neste artigo e que servem de base para pesquisas e construção de práticas futuras sobre o funcionamento da escola, assim como em outros fazeres possíveis dos profissionais de Psicologia nesse campo. Este artigo como descrição das atividades desenvolvidas dentro do estágio de Psicologia, foi resultado de um primeiro contato com o processo da Análise Institucional destacando aspectos da relação dos discentes com as propostas pedagógicas e com os professores. Observou-se que ao limitar o funcionamento da instituição escolar apenas às atividades prescritas nos documentos oficiais e às relações hierárquicas, perde-se de vista a complexidade das dinâmicas institucionais e, por exemplo, a importância da sensação de pertencimento dos atores docentes. Este artigo possibilitou uma primeira aproximação sobre a relação estruturada dentro da instituição entre docentes e discentes. Contudo, em produções futuras pode ser interessante ampliar as discussões em torno do envolvimento dos docentes na participação das instâncias deliberativas da escola, como colegiado e agremiações, ou ainda, investigar os movimentos para a discussão sobre os currículos e as atividades a serem desenvolvidas ao longo do ano letivo.

Observou-se, ainda, a precarização das condições de trabalho dos profissionais da educação. A falta de uma política de valorização salarial, a sobrecarga de trabalho e as frequentes situações de violência em contexto escolar impactam diretamente a saúde física e mental dos docentes, comprometendo sua motivação e bem-estar. Diante desse cenário, pesquisas futuras devem aprofundar a análise da relação dos docentes com a profissão, investigando os desafios e as perspectivas diante das transformações sociais e educacionais contemporâneas.

A escola possui papel fundamental nos processos de subjetivação, contribuindo para interação social, na conservação e transformação de valores e da moral, da reflexão sobre o mundo e si mesmo, sobre as possibilidades e superação das desigualdades. Que a escola possa, como espaço representativo da democracia social, promover processos de socialização, o desenvolvimento integral do aluno e ser espaço de valorização das diversas expressões culturais e das coletividades. O profissional de psicologia tem dentro de sua atuação e nos processos de análise institucional a função de auxiliar na maior participação social, garantindo a equidade de oportunidades e o reconhecimento da escola como espaço de expressão da multiplicidade social.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Rejane Maria; MARINHO-ARAÚJO, Clasy Maria. Psicologia Escolar no Brasil: considerações e reflexões históricas. Estudos de Psicologia. vol. 27, núm. 3, julho-setembro, pp. 393-402. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas-SP, Brasil, 2010.

BAREMBLITT, Gregório F. Compêndio de Análises Institucionais e outras correntes: teoria e prática. 5º ed. Editora Record. Belo Horizonte-MG; 2002. Instituto Felix Guattari (Biblioteca Instituto Félix Guattari; 2)

MINAS GERAIS. Resolução nº. 4.701, de 14 de janeiro de 2022. Secretaria de Estado de educação. Dispõe sobre a atuação dos profissionais de psicologia e serviço social na rede estadual de ensino de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br/documentos-legislacao/resolucao-see-no-4701-2022/> Acesso em 08/03/2024.

MINAS GERAIS. Lei nº 22.257, de 27 de julho de 2016. Estabelece a estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo do Estado e dá outras providências. Art. 32. Belo Horizonte-MG. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/22257/2016/> . Acesso em 08/03/2024.

MINAS GERAIS. Lei Estadual nº. 23.197, de 26 de dezembro de 2018. Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Institui o Plano Estadual de Educação – PEE – para o período de 2018 a 2027 e dá outras providências. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/23197/2018/> . Acesso em 08/03/2024.

MINAS GERAIS. Decreto nº. 47.758, de 19 de novembro de 2019. Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Educação e dá outras providências. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/DEC/47758/2019/> . Acesso em 08/03/2024.

BELTRAME, Marina Maria.; BOARINI, Maria Lúcia. Saúde Mental e Infância: reflexões sobre a demanda escolar em um CAPSi. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 33, n. 2, p. 336–349, 2013. Conselho Federal de Psicologia. Brasília, Brasil. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932013000200007> . Acesso em 08/03/2024.

BRASIL. Lei nº 9.394. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República, Casa Civil - 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm . Acesso em 08/03/2024.

BRASIL. Lei nº 13.005. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília-DF, 25/06/2014. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014> . Acesso em 08/03/2024.

BRASIL. Lei nº 13.935. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Brasília-DF, 11/12/2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/113935.htm . Acesso em 08/03/2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Referências técnicas para a atuação de Psicólogos (os) na educação básica. CFP. Brasília, 2019.

DAYRELL, Juarez Tarcísio. A escola como espaço sócio-cultural. Múltiplos olhares sobre a educação e cultura. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2ª reimpressão, p. 136-161, 2001.

LAPASSADE, Georges. Grupos, Organizações e Instituições. Livraria Francisco Alves Editora S.A. Rio de Janeiro, RJ; 1977.

MOREIRA, Daniela Zanoni; RODRIGUES, Maria Beatriz. Saúde Mental e Trabalho Docente. Estudos de Psicologia, 23(3), julho a setembro de 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epsic/v23n3/a04v23n3.pdf>. Acesso em 08/03/2024.
<http://dx.doi.org/10.22491/1678-4669.20180023> . Acesso em 08/03/2024.

REBOUÇAS, Melina Séfora Souza.; DUTRA. Elza. Plantão Psicológico: uma prática clínica da contemporaneidade. Revista da Abordagem Gestáltica – XVI(1): 19-28, jan-jul, 2010. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rag/v16n1/v16n1a04.pdf> . Acesso em 08/03/2024.

ROCHA, Mariza Lopes da. Psicologia e as práticas institucionais: a pesquisa-intervenção em movimento. Psico, [S. l.], v. 37, n. 2, 2006. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/1431> . Acesso em 08/03/2024.

SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (SEE). Disponível em: <https://www.educacao.mg.gov.br>. Acesso em 08/03/2024.

SOUZA, Vera Lúcia Trevisan de. Contribuições da psicologia à educação escolar: perpetuação ou transformação das desigualdades sociais?. Estudos de Psicologia. Campinas-SP. 39. E200178. 2022. <https://doi.org/10.1590/1982-0275202239e200178> . Acesso em 08/03/2024.

ZUCOLOTTO, Marcele Pereira da Rosa; MENDES, Luiza Bäumer. O papel da psicologia escolar na perspectiva da análise institucional. Revista Diálogo, Canoas, n. 43, p. 89-98, abr. 2020. <http://dx.doi.org/10.18316/dialogo.v0i43.5103> . Acesso em 08/03/2024.